

Brasil

brasil@jb.com.br

Senado Federal

CPI DA CORRUPÇÃO

Presidente muda tom de discurso sobre Arruda e ACM

Corumbá, MS - Ed Ferreira/AE



Zeca do PT (E) e Fernando Henrique trocam aperto de mãos diante de operários que constroem ponte sobre o Rio Paraguai

FH critica 'linchamento precipitado' de senadores

SONIA CARNEIRO

Enviada especial

CORUMBÁ - O presidente Fernando Henrique Cardoso criticou ontem, de forma indireta, o que chamou de "linchamento precipitado" dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), que estão sendo investigados pela Comissão de Ética do Senado por terem violado o painel da Casa.

No dia em que se mostraram claras as articulações que sepultaram a CPI da Corrupção e um clima de abrandamento de eventual punição a ACM, as declarações do presidente revelaram uma mudança de tom em seu discurso. Em relação ao episódio de violação do painel do Senado, o presidente vinha dando sinais de que era favorável à cassação dos dois senadores envolvidos. Ontem, foi a primeira vez que Fernando Henrique demonstrou alguma solidariedade a ambos. "Não podemos ser o Brasil do linchamento. O país precisa da punição, mas não pode ser conivente com a transgressão das regras democráticas", declarou.

O presidente foi áspero ao abordar a CPI da Corrupção. Ameaçou tirar os cargos dos partidos aliados que não estão ajudando o governo a inviabilizar a

criação da comissão. "Não vou nomear ministro de quem é contra. Quem está contra está fora. Não sou eu que estou tirando. A pessoa é que está saindo ou então não tem caráter", disse.

A batalha do governo pela não instalação da CPI foi classificada como "política e não fisiológica". O presidente considerou uma "indignidade" a informação de que teria liberado

emendas e recursos do Orçamento da União em troca da retirada das assinaturas dos parlamentares necessárias à criação da CPI. "Posso cometer erros, mas desviar dinheiro é crime. Isso eu não faço", discursou. Chamou ainda de "falsa" e de "deformação mental" a informação de que estaria liberando R\$ 2 milhões por hora para evitar a CPI. Atribuiu a liberação de R\$ 11 mi-

lhões do Orçamento, anteontem, à máquina do governo.

"Não é verdade que o governo esteja liberando dinheiro para abafar a CPI", disse. O presidente acusou os partidos de oposição de falta de ética ao tentar convencer a população de que a luta do governo contra a CPI da Corrupção é uma demonstração de fisiologia. "Não se pode enganar o povo a este ponto, confundindo luta política com fisiologia", reagiu. "Isso é mera exploração política. O Orçamento existe e tem que ser liberado. E, quando se libera, tentam fazer parecer que é para retirar assinatura da CPI."

No discurso, diante do governador Zeca do PT, cujos dois deputados do partido (João Grandão e Manoel Vitória) assinaram a CPI da Corrupção, o presidente agradeceu aos senadores e deputados da bancada federal de Mato Grosso do Sul que não endossaram o requerimento. "Foi um gesto de maturidade importante", elogiou. "No momento em que o presidente da República se sente no dever político de dizer não a uma CPI ao mesmo tempo em que encara a luta contra a corrupção, é importante explicar que não posso deixar que a CPI se transforme em um palanque contra mim", afirmou.

AS FRASES DO PRESIDENTE

18/4: "Não quero prejudicar, mas, se houve ligação, é inaceitável. É ex-líder."

(Em entrevista à TV Globo, após a primeira denúncia de que o senador José Roberto Arruda, então líder do governo, havia encomendado a violação do painel.)

20/4: "Como ex-senador e líder do PSDB, sou contra manobras [para não apurar a violação]. O momento é de esclarecer as questões."

(Do Canadá, negando apoio a negociações para evitar a cassação dos senadores Arruda e Antonio Carlos Magalhães.)

23/4: "O caminho da verdade é o único que permite ao político recuperar sua credibilidade perante seus companhei-

ros e a opinião pública."

(Após confissão de Arruda em plenário.)

27/4: "Trata-se de assunto da alçada exclusiva do Congresso Nacional."

(Sobre a investigação.)

3/5: "Só a Regina falou a verdade."

(Sobre a acareação dos senadores e da ex-diretora do Prodasen Regina Borges, segundo relato de Ruy Mesquita, diretor do jornal O Estado de S. Paulo.)

10/5: "Não podemos ser o Brasil do linchamento. O país precisa da punição, mas não pode ser conivente com a transgressão das regras democráticas."

(Dando solidariedade aos senadores, que estariam sendo perseguidos.)